

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000157-77.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Ademaro Moreira Alves**  
Requerido: **BV Financeira S/A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré, alegando que não haveria razão a alicerçá-la.

As preliminares arguidas em contestação pela ré não merecem acolhimento.

Com efeito, há nos autos dados suficientes para a conclusão de que a cédula de crédito bancário acostada a fls. 59/60 foi firmada pelo autor (o que será melhor detalhado no decorrer da presente), de sorte que a realização de perícia grafotécnica transparece prescindível.

Por outro lado, o processo encerra instrumento útil e necessário para que o autor atinja a finalidade que deseja, o que cristaliza o interesse de agir.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

No que concerne aos documentos necessários à propositura da ação, tenho-os como presentes.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, o documento de fl. 18 encerra a comunicação ao autor da possibilidade de sua negativação junto à SERASA, o que restou concretizado (fl. 36).

Para justificar a medida, a ré esclareceu que tudo teve origem no contrato de fls. 59/60, cuja higidez não foi afastada por dados idôneos.

Ao contrário, a apresentação de diversos documentos próprios do autor (fls. 61, 63 e 65) denota que tal ajuste foi firmado de maneira válida, tanto que não foi refutado específica e concretamente pelo autor.

Sem embargo, destacou igualmente a ré **em réplica** que diante da inadimplência do autor "*o contrato foi renegociado para Carnê em 14/10/2016*" (fl. 88, último parágrafo), mas novamente o autor não teria cumprido as obrigações então assumidas.

É certo, todavia, que de um lado o autor negou qualquer espécie de renegociação do contrato originário e, de outro, que a ré não amealhou dados consistentes que demonstrassem sua realização.

As "telas" de fls. 89/90 foram unilateralmente confeccionadas, de sorte que isoladamente consideradas não possuem o condão de patentear a renegociação aludida.

Seria imprescindível que a ré apresentasse documentos sobre essa nova avença ou as gravações dos contatos em que ela teria sido celebrada com o autor, mas diante de sua falta é de rigor concluir que não há amparo à negativação concretizada, a qual em consequência deverá ser definitivamente excluída.

A pretensão deduzida, porém, não vinga relativamente à indenização para reparação dos danos morais invocados pelo autor.

Não obstante se reconheça que a indevida negativação dê margem a isso, os documentos de fls. 30/34 e 36/38 levam a conclusão contrária.

Eles demonstram que o autor ostenta longa lista de outras negativações além daquela tratada nos autos perante órgãos de proteção ao crédito e não foram impugnadas, o que inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. ARI PARGENDLER, 2ª Turma, j. 27/08/2008).*

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Nem se diga que as demais negativações seriam anteriores à presente e já teriam sido excluídas.

Preservado o respeito tributado aos que perfilham entendimento diverso, reputo que o objetivo da reparação em situações como a dos autos é proteger a pessoa que nunca ostentou pendências financeiras diante de órgãos de proteção ao crédito ou que pelo menos tenha apresentado algo episódico nesse sentido, que não comprometeu o seu conceito de regularmente cumprir suas obrigações.

Bem por isso, se – como na hipótese vertente – a pessoa registra diversas questões dessa natureza não poderá invocar o benefício em apreço porque aquele bom conceito já estará irremediavelmente abalado.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para determinar a exclusão da negativação tratada nos autos, tornando definitiva a decisão de fls. 24/25, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**